

PGE na Imprensa

Precatórios

Estado vai liberar R\$ 20 milhões por mês para pagar precatórios

Marcos Nusdeo afirma que faltam R\$ 400 milhões para quitar dívidas de 1998

DÍVIDAS EM ABERTO

O que é precatório alimentar

- Precatório é uma ordem da Justiça para que o poder público pague uma dívida
- Os precatórios alimentares são débitos trabalhistas ou indenizações por danos morais e materiais



Último pagamento

- Em 28 de fevereiro, o Governo depositou R\$ 28 milhões para precatórios alimentares
- Foram pagos 46 precatórios do 1.197 ao 1.243 de 1998

Como consultar

- Os credores que não sabem quem é o advogado ou o número do processo devem ligar para a Ouvidoria da Procuradoria Geral do Estado (PGE) tel.: (0xx11) 3372-6405

QUANTO AINDA DEVE SER PAGO

Dívida (em R\$)

Ano	Dívida (em R\$)
1998	400 milhões
1999	1.63 bilhão
2000	1.29 bilhão
2001	1.16 bilhão
2002	1.06 bilhão
2003	994,27 milhões
2004	1.00 bilhão
2005	523,98 milhões

► O procurador geral do Estado, Marcos Fábio Nusdeo, disse ontem que o Governo vai pagar todo o mês R\$ 20 milhões para os credores de precatórios alimentares (dívidas trabalhistas). "Só não pagamos em janeiro porque estávamos analisando o tamanho da dívida. Mas vamos continuar a depositar R\$ 20 milhões todo o mês."

O Governo do estado está pagando com atraso de nove anos. Em 2007, serão pagos credores com dívidas que deveriam ter sido quitadas em 1998. Segundo Nusdeo, ainda são necessários cerca de R\$ 400 milhões para encerrar o pagamento dos precatórios de 1998.

Para o procurador, a única forma de quitar de vez a dívida com servidores será a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que tramita no Senado. "Será a melhor forma", ressalta.

A PEC prevê que os governos estaduais destinem 3% da receita para quitar os precató-

rios. Os credores também poderão participar de leilões.

O presidente do conselho do Movimento dos Advogados em Defesa dos Credores do Poder Público (Madeca), Felippo Scolari, ressalta que vai lutar por um valor maior. "Até o final do ano, serão apenas R\$ 200 milhões. É um valor muito baixo. Muitos credores são idosos e esperam há mais de 15 anos por esse dinheiro."

Depósito de R\$ 42 milhões

Na semana passada, o Governo depositou R\$ 42 milhões para pagar precatórios alimentares e de pequeno valor (até R\$ 15 mil). Deste total, R\$ 28 milhões pagaram 46 precatórios alimentares de 1998 (veja mais no quadro). No total, 1.957 credores foram beneficiados.

Os servidores que desejam saber se receberam o dinheiro podem ligar para a ouvidoria da Procuradoria do Estado. O telefone de contato é (011) 3372-6405. (MFB)

(Diário de S. Paulo, 6 mar. 2007, p. B2)

Proposta para os precatórios premia inadimplência estatal

Para a Ordem dos Advogados, Proposta de Emenda Constitucional 12/06, que modifica a forma de pagamento dos precatórios, vai prejudicar os credores

SÃO PAULO

A sugestão do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim transformada em Proposta de Emenda Constitucional pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL) encontra respaldo nos governos municipais, estaduais e na própria União. E não sem razão: a PEC 12/06 é um bom 'negócio' para o Poder Público. Os interesses envolvidos na aprovação da proposta e os benefícios que as novas regras instituem podem ser observados na determinação do pagamento dos precatórios no limite de 3% da despesa líquida do ano anterior dos estados e 1,5% dos municípios.

A cidade de São Paulo, por exemplo, com base nos dados de 2004, acumulava uma dívida em torno de R\$ 11 bilhões e teria disponível cerca de R\$ 198 milhões para pagar precatórios, sendo 30% para pagamento de pequenos credores, trabalhistas e alimentícios; e 70% destinado a pagamento de pessoas jurídicas. No caso do estado, a dívida em 2004 era de cerca de R\$ 12 bilhões e teria R\$ 1,3 bi para pagamentos.

Os números mostram que o tema dos precatórios coloca credores e devedores em lados opostos. Aquele que quer receber argumenta que o Poder Público tem que honrar a dívida. Aquele que tem que pagar diz não ter dinheiro

mas pagará, quando puder e da forma que der. Para prefeitos, governadores e secretários de finanças, a PEC veio para resolver o problema. O procurador-geral do Estado de São Paulo, Marcos Fábio de Oliveira Nusdeo e o secretário adjunto da Secretaria Municipal de Finanças de São Paulo, Walter Aluisio Moraes Rodrigues seguem a mesma linha e entendem que há vantagens na proposta.

"A PEC é justamente uma demonstração de vontade política para resolver esse problema", afirma Rodrigues. Segundo o secretário adjunto, a discussão tem apoio de todos os municípios, estados e da União. "É uma solução viável, da forma como está hoje não dá para pagar. A ordem cronológica gera o impasse, porque quando aparece uma dívida de que não temos como pagar a fila para", explica.

No caso do Estado de São Paulo, o estoque de precatórios incluindo suas autarquias e fundações era, em 31 de dezembro de 2006, o seguinte: 13.632 precatórios no valor total de R\$ 12.768.510.173,34, sendo 9.516 de natureza alimentar, no valor total de R\$ 7.373.353.874,15 e 4.116 não-alimentares, no valor total de R\$ 5.395.156.299,19. "Diante deste estoque, verifica-se que a única forma de se abreviar o tempo necessário à quitação desta dívida é aquela proposta na mencionada PEC-12", diz o procurador-geral.

Mas a opinião não é unânime. Flávio Brando, advogado e presidente da Comissão de Precatórios da Ordem dos Advogados em São Paulo, estabelece a seguinte analogia. "Digamos que uma lei

criasse um limite de 5% dos salários, para pagamento de dívidas judiciais. As pessoas poderiam parar de pagar aluguel, cartão de crédito, financiamento de automóvel, porque saberiam que, em qualquer caso, as execuções futuras estariam limitadas a 5% do salário", diz.

"Para o Poder Público, esses limites significariam um cheque em branco para os estados e municípios desapropriar qualquer fazenda, fábrica, casa, descumprir contratos, pagar sa-

lários de maneira errada, porque estariam confortavelmente protegidos pelos limites de pagamento. Teríamos a perpetuação da inadimplência. Leiloar dívidas judiciais seria premiar o ente inadimplente", diz Brando.

Nusdeo descarta o argumento de que a PEC-12 estimula a inadimplência e faz duas observações com relação a proposta: a adesão ao sistema é voluntária; e o sistema instituído é temporário, ou seja, ele prevalecerá enquanto o valor do estoque de precatórios for superior ao mínimo estabelecido para pagamento anual daqueles créditos.

Apesar de a dívida com precatórios ser considerada alta pelo procurador-geral, ele reconhece que "com muito esforço e empenho o governo do estado, nos últimos anos, tem pago quantia muito superior àquela relativa aos novos precatórios. E isto ocorre exatamente porque há vontade política de fazê-lo. Tanto assim que, atualmente o estado tem pago mais em precatórios do que exige a lei orçamentária" conta.

Brando contesta e diz que os precatórios alimentares do Orça-

mento de 1998, ainda não foram pagos. Segundo ele, uma verdadeira forma de se demonstrar vontade política de pagar os débitos significaria a contabilização dos R\$ 13 bilhões em todos os demonstrativos contábeis, em especial para contratação de empréstimos internacionais junto a Banco Mundial, por exemplo. "Quando estes organismos descobrirem que o Estado de São Paulo descumpe ordens judiciais de pagamento, que ficam inclusive fora dos balanços, violando ainda direitos humanos fundamentais, dificilmente novos empréstimos serão concedidos".

Uma das preocupações dos credores é quanto a questão da insegurança jurídica que ela pode representar, principalmente, no caso das parcerias público-privadas. Em São Paulo, Nusdeo diz que a garantia dos investidores é dada pelo aval concedido pela Companhia Paulista de Parcerias e que no caso da PEC-12, a garantia será dada por dois mecanismos concomitantes: sequestro da importância não honrada e crime de responsabilidade do governante que a não honrar.

Brando discorda. Segundo ele, a redação original da PEC assume uma total insegurança jurídica: "A Justiça é extremamente lenta, especialmente em São Paulo, e não se consegue sequestro de rendas em menos de 18 ou 24 meses e esse caso de decretação de sequestro contra o estado é uma raridade", afirma.

PATRICIA ACIOLI



Oliveira Nusdeo

(Diário do Comércio e Indústria, 14 mar. 2007, p. A10)

Estado paga dívidas antigas para 1.831

O governo do Estado pagou ontem cerca de R\$ 20 milhões em precatórios alimentares e mais R\$ 5 milhões em OPVs (Obrigações de Pequeno Valor) da administração direta. Segundo a PGE (Procuradoria-Geral do Estado), foram quitados os precatórios alimentares com números de ordem de 1.246 a 1.279, beneficiando 716 credores. Outros 1.115 credores receberam OPVs. Os precatórios e as OPVs são dívidas do Estado relacionadas a processos judiciais. As OPVs são débitos de até R\$ 15.814,56. Já os

precatórios alimentares são dívidas que ultrapassam os R\$ 15.814,56 referentes a processos que questionam salários, aposentadorias, indenizações etc. Para saber se está incluído neste lote de pagamento, o credor deve procurar seu advogado. A ouvidoria da PGE não dará informação sobre pagamento de precatório por telefone ou e-mail. A partir de segunda-feira, os interessados poderão consultar o site da PGE (www.pge.sp.gov.br), pelo número do CPF, para saber se foram beneficiados. (VK)

QUANTO FOI PAGO

• O governo do Estado de Paulo pagou ontem mais uma parte de suas dívidas

• Foram pagos R\$ 20 milhões em precatórios alimentares e R\$ 5 milhões em OPVs (Obrigações de Pequeno Valor) da administração direta

716 credores

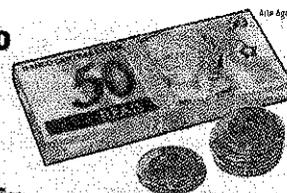
serão beneficiados com o pagamento dos precatórios alimentares

1.115 credores

receberão o pagamento por OPV

JUSTIÇA COMUM

Serão quitados os precatórios alimentares da Justiça Comum com números de ordem 1.246 a 1.279



COMO CONSULTAR

A partir de segunda-feira, os interessados poderão consultar no site www.pge.sp.gov.br, pelo número do CPF, se foram beneficiados com os depósitos

COMO ADVOGADO

• A Ouvidoria da Procuradoria-Geral do Estado não prestará informações sobre o pagamento de precatório por telefone ou e-mail

• Por isso, os credores devem entrar em contato com o seu advogado

Fonte: Procuradoria-Geral do Estado

(Agora, 31 mar. 2007)

Visita à PGE

O deputado Roberto Engler (PSDB) visitou nesta quarta-feira, 25/4, a Procuradoria Geral do Estado (PGE), quando se inteirou das ações daquele órgão, em especial no que se refere aos precatórios, já que tramita na Assembléia Legislativa o Projeto de Lei 218/07, de sua autoria. Esse projeto dispõe sobre a obrigatoriedade de a PGE disponibilizar informações sobre a liberação de créditos alimentícios aos interessados.

Para Marcelo de Aquino, procurador-geral adjunto, a proposta do parlamentar é "extremamente oportuna e vem ao encontro da nova postura da procuradoria, que busca implantar a transparência no pagamento dos precatórios e dar ampla divulgação aos interessados", como propõe o projeto de Engler.

Aquino apresentou ao deputado o projeto Portal

de Precatórios, que estará disponível no site da procuradoria em breve. Com a criação do portal, segundo Wladimir Ribeiro Júnior, procurador assistente, os interessados terão acesso a informações como a liberação dos créditos.

Engler classificou a visita de extremamente produtiva, além de contribuir para estreitar os laços de relacionamento entre o Legislativo e a procuradoria. Ao fazer o balanço do encontro, o parlamentar afirmou que, "com a nova filosofia da procuradoria e a implantação do Portal de Precatórios, o nosso projeto, na prática, já é lei".

Também participaram da reunião Eduardo José Fagundes, procurador-geral assistente, e Maurício Kaoru Amagasa, corregedor da procuradoria.

rengler@al.sp.gov.br

(Diário Oficial, Poder Legislativo, São Paulo, 27 abr. 2007, p. 2)

Caça-níqueis

Polícia Civil de SP apreende 7.200 caça-níqueis no ABC

Máquinas estão avaliadas em até R\$ 15 mil cada uma e podem ter sido contrabandeadas

Ao contrário do Rio, onde a PF desbancou um grande núcleo de contravenção, em SP há vários comerciantes na atividade, intimidados

ANDRÉ CARAMANTE
DA REPORTAGEM LOCAL

A Polícia Civil de São Bernardo do Campo (ABC paulista) apreendeu ontem 7.200 máquinas caça-níqueis em um galpão localizado às margens da rodovia Anchieta. Foi uma das maiores apreensões desse tipo de equipamento feita no país.

De acordo com a polícia, as máquinas —novas e usadas— estão avaliadas entre R\$ 8.000 e R\$ 15 mil cada uma e deveriam ser colocadas em pontos de venda de São Paulo nos próximos dias. O galpão pertence à metalúrgica Valkar.

O delegado Marco Antônio de Paula Santos, responsável pela operação, disse que a Valkar não tem responsabilidade sobre as máquinas, pois o galpão foi locado à empresa Golden Coin, verdadeira dona dos equipamentos.

Os proprietários da Golden Coin não foram localizados on-

tem pela **Folha**. Desde a manhã de ontem, peritos e policiais tentam descobrir como as máquinas e as peças entraram no país. Segundo o delegado Santos, todo o material pode ter entrado no Brasil por meio de ações de contrabandistas.

Todas as 7.200 máquinas ficarão armazenadas no galpão até que o Poder Judiciário decida o que fazer com elas.

Em outra ação da polícia paulista, PMs apreenderam 340 leitores de cédulas usados por máquinas caça-níqueis. Quatro homens foram presos.

Ao contrário do que acontece no Rio de Janeiro, onde a Polícia Federal prendeu 25 pessoas —entre magistrados, bicheiros, empresários e advogados— na Operação Hurricane, em São Paulo a exploração dos caça-níqueis não está centralizada nas mãos de poucos grupos.

Considerada ilegal pela polícia, a atividade é feita por grupos que, na maioria das vezes, obrigam comerciantes a abrigar as máquinas em seus estabelecimentos por meio da intimidação. Se o comerciante não aceita as máquinas, pessoas que se apresentam como policiais (civis e militares) passam

a fazer ameaças e a dizer que o local será fechado, mesmo que não tenha irregularidades.

Todas as máquinas têm selos de identificação e, em alguns casos, até mesmo o número do telefone de quem a colocou no comércio. Comerciantes ouvidos pela **Folha** disseram ontem que alguns grupos contam até com uma "hot line", ou seja, caso alguém tente roubá-las, eles têm os telefones de policiais que os "socorrem".

A Secretaria da Segurança Pública de SP informou que nenhum PM foi denunciado por explorar caça-níqueis até hoje e que a Corregedoria da Polícia Civil fará um levantamento sobre o caso. Questionado por escrito pela reportagem, o secretário Ronaldo Marzagão não respondeu qual deve ser a atitude de um policial ao se deparar com um comércio que explora o caça-níquel.

Em dezembro foi aprovada na Assembléia lei que proibiu a instalação, uso e depósito de máquinas caça-níqueis em bares e restaurantes do Estado. No fim de março, o governador José Serra (PSDB) enviou o texto à Procuradoria Geral do Estado para uma análise sobre sua constitucionalidade.

(Folha de S. Paulo, 17 abr. 2007, p.A8)

Invasão

Sem-teto invadem prédio do TJ e processos vão parar no lixo

TOMÁS CHIAVERINI
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA
KLEBER TOMAZ
DA REPORTAGEM LOCAL

Seis pessoas foram presas e documentos públicos importantes e sigilosos acabaram no lixo depois que cerca de 80 integrantes do MSTRC (Movimento Sem-Teto da Região Central) invadiram, no início da madrugada, prédio onde funcionou a Procuradoria Geral do Estado e que atualmente é de propriedade do Tribunal de Justiça.

O prédio de 12 andares na rua Tabatinguera (centro) estava desocupado havia pelo menos seis meses. O TJ pretende demoli-lo para reconstruir um novo edifício.

A Polícia Militar retirou os manifestantes do local por volta das 10h. Os detidos foram levadas ao 1º Distrito

Policia, na Sé, onde foi registrado boletim de ocorrência para apurar crimes de invasão de imóvel alheio e sonegação de papel ou objeto de valor probatório.

Segundo a Procuradoria Geral, além de móveis, os sem-teto arremessaram pelas janelas do prédio documentos e processos relativos à atendimentos de encaminhamentos de assistência judiciária gratuita e documentos sigilosos relacionados a investigação de paternidade. Às 16h, a **Folha** encontrou processos em sacos de lixo recolhidos por garis.

“Havia muito arquivo morto, mas esses documentos não seriam jogados fora. Eles estavam sendo preservados e recolhidos por outros órgãos, como a própria Procuradoria e a Defensoria

Pública. Eles podem vir a ser usados ou pesquisados um dia”, afirmou Marcelo de Aquino, procurador-geral do Estado adjunto.

A Procuradoria é uma instituição permanente, vinculada diretamente ao governador, responsável pela advocacia do Estado. “Ainda não calculamos o total do prejuízo”, disse Aquino.

“Aí não tem vagabundo nem bandido, só tem trabalhador”, afirmou a manifestante Margarida Correia Tesche, 73. Segundo ela, os documentos foram jogados pelos sem-teto como forma de defesa durante a entrada da polícia no local.

Em Osasco, a PM entrou em confronto com cerca de 600 sem-teto durante tentativa de invasão de um terreno. Sete pessoas foram detidas e quatro ficaram feridas.

(Folha de S. Paulo, 29 abr. 2007, p. A8)

ICMS

Tributário Supremo deve retomar neste semana julgamento de devolução em substituição tributária

Empresas temem autuação de ICMS

Josette Goulart
de São Paulo

O julgamento sobre o ressarcimento de ICMS na substituição tributária, que em fevereiro ficou empatado em cinco a cinco no Supremo Tribunal Federal (STF), deve ser retomado ainda nesta semana. O voto decisivo do ministro Carlos Brito já está nas mãos da ministra presidente, Ellen Gracie. A expectativa dos advogados dos contribuintes é que as audiências realizadas com o ministro, neste período, tenham surtido efeito. Os advogados argumentaram com Carlos Brito que, caso vote pela inconstitucionalidade das leis estaduais de São Paulo e Pernambuco, suscite ao debate o efeito não-retroativo da decisão. Os contribuintes temem ser autuados pelos créditos de ICMS que utilizaram nos últimos cinco anos, caso percam o julgamento.

As decisões em ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) normalmente têm efeito retroativo, chamado "ex tunc", o que na prática significa que os efeitos da lei considerada inconstitucional nunca existiram. Mas nestas ações é possível pedir o que no jargão jurídico se chama efeito "ex nunc", ou seja, que a decisão tenha efeito somente daquele momento em diante. Isto seria importante para os contribuintes porque todos os créditos de ICMS

que tomaram enquanto a lei estava em vigor não precisam ser devolvidos. Os advogados que estiveram com o ministro Carlos Brito lembraram que o Estado de São Paulo, por exemplo, poderia ter simplesmente revogado a lei estadual da substituição tributária em vez de entrar com uma Adin no Supremo. Esta teria sido uma estratégia arrecadatória na visão dos contribuintes, já que neste início de ano, justamente para evitar que o Supremo julgasse a inconstitucionalidade de benefícios fiscais concedidos, o governo paulista revogou uma série de incentivos para que uma Adin proposta pelo Paraná perdesse o objeto.

O diretor jurídico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Hécio Honda, diz que se a decisão do Supremo retroagir muitas transferências de ressarcimento de ICMS feitas pelas empresas arrecadadoras serão questionadas. A própria Fiesp pediu, já antes do julgamento, o efeito não-retroativo. Porém, dos dez ministros que votaram, nenhum deles levantou a questão.

O tema substituição tributária já foi julgado pelo Supremo em 2002. Na época a corte entendeu que os Estados ou contribuintes não deveriam devolver a possível diferença entre o valor presumido e o valor real da venda da mercadoria. Agora a questão é novamente debatida. As leis de São

Paulo e Pernambuco prevêem a possibilidade de devolução entre valor presumido e o preço real. Fontes próximas ao governo paulista dizem, porém, que não há intenção de se autuar as empresas, caso o Estado ganhe a ação.

O procurador chefe da Procuradoria Fiscal de São Paulo, Clayton Eduardo Prado, diz que na época se optou pela ação direta de inconstitucionalidade (Adin) e não pela revogação da lei porque havia uma série de ações judiciais principalmente de postos de combustíveis contra o Estado. Isto aconteceu porque as empresas do setor entraram com ações judiciais para receber o ressarcimento alegando terem pago mais ICMS do que deviam. O problema é que o fisco estadual não concedia esse crédito porque exigia uma série de documentos para que ficasse atestado até mesmo a qualidade do combustível vendido — muitos postos batizavam a gasolina vendida e por isso conseguiam vender a preços muito mais baratos que o presumido. Para ficar eliminar qualquer pendência é que se teria optado pela Adin, já contando que ela tivesse efeito retroativo. A questão envolve pelo menos R\$ 2 bilhões só no Estado de São Paulo e as indústrias mais afetadas serão as dos setores automobilístico, de combustíveis, bebidas, de medicamentos e cigarros.

(Valor Econômico, 6 mar. 2007)

Desburocratização

Lançado programa de desburocratização para estimular o empreendedorismo

Diminuir o tempo de abertura de uma empresa e reduzir o custo dos serviços públicos são as principais metas do PED

Com o objetivo declarado de reverter a situação de milhões de paulistas que trabalham na informalidade, foi lançado, ontem, pelo governador do Estado, José Serra, e pelo secretário do Emprego e Relações do Trabalho, Guilherme Afif Domingos, o Programa Estadual de Desburocratização (PED). O programa visa a criar condições para que se possa abrir uma empresa em São Paulo em até 15 dias – hoje, este prazo é de 152 dias, um dos mais demorados do país. (Veja gráfico abaixo).

"O governo estadual determinou que o prazo atual seja drasticamente reduzido. Em São Paulo, dentro de um ano, o cidadão poderá abrir uma empresa em, no máximo, duas semanas", prometeu o secretário do Emprego. Além do PED, foi lançado o site *Desatar o Nó* (www.desatarono.com.br) para garantir total transparência ao PED.

Além de facilitar a vida do pequeno empresário, o PED (criado pelo Decreto 51.467, de 2 de janeiro de 2007) tem como objetivo reduzir os custos dos serviços públicos. Também pretende elevar o tempo médio de sobrevivência das micro e pequenas empresas. Dados do Sebrae revelam que 29% delas fecham antes de completar um ano e 56% encerram suas atividades em menos de cinco anos. O PED pretende também ampliar o número de postos de trabalho oferecidos nas micro e pequenas empresas no Estado. Hoje, elas são responsáveis por 3 milhões de empregos.

Como funciona – Dividido em duas fases, o PED será coordenado pelo Comitê Estadual de Desburocratização, composto pelos secretários de Estado Guilherme Afif (Emprego e Relações do Trabalho); Sidney Beraldo (Gestão Pública); Ronaldo Marzagão (Segurança Pú-

blica); Francisco Luna (Economia e Planejamento); Mauro Costa (Fazenda); Francisco Graziano (Meio Ambiente); Luiz Antonio Marrey (Justiça e da Defesa da Cidadania); e pelo procurador Marcos Fábio de Oliveira Nusdeo.

Na primeira fase, quatro municípios participarão do projeto-piloto: São Paulo (capital), São Caetano do Sul, Piracicaba e Santos. "Esses municípios foram escolhidos para termos experiência, saber como fazer e depois multiplicar para todas as cidades paulistas", explicou o governador José Serra.

Para o prefeito da capital, Gilberto Kassab, "a burocracia emperra o empreendedorismo e atrasa o processo de geração de rendas. O PED é um programa que vem em boa hora, para se somar aos programas municipais de desburocratização". A capital paulista responde por aproximadamente um terço dos investimentos realizados no Estado.

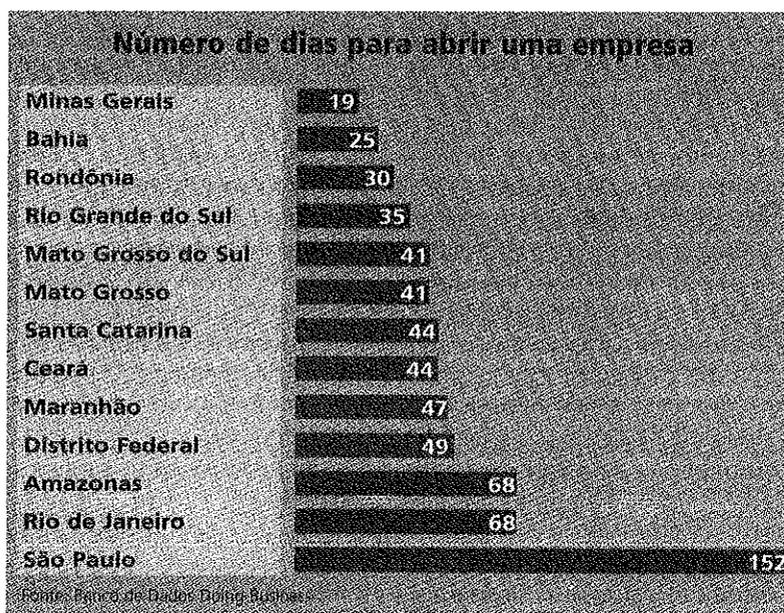
José Auricchio Junior, prefeito de São Caetano do Sul, explicou que "o PED ajudará a acelerar o processo de desburocra-

tização em nosso município, já que aproximadamente 40% de nossos empreendimentos são de micro e pequeno porte e muitos estão na informalidade".

O Comitê, presidido por Afif Domingos, criará dois Grupos de Ação Executiva, um deles preocupado em facilitar a vida do empreendedor paulista e outro voltado à redução do custo dos serviços públicos no Estado. O Núcleo de Desburocratização, vinculado à Secretaria do Emprego, se dedicará exclusivamente ao programa e auxiliará na coordenação técnica e no monitoramento das ações e projetos.

Dois fases – O Programa tem dois projetos estabelecidos que devem ser concluídos e adotados até o final deste ano (Projeto 2) e março de 2008 (Projeto 1). Líderes e equipes terão 180 dias para apresentar seus planos de trabalho. A execução desses projetos comporá a segunda fase do PED.

O Projeto 1 visa à redução do tempo de abertura de uma empresa (envolvendo todos os órgãos municipais, estaduais e federais) para no máximo 15 dias.



(Diário Oficial, São Paulo, 15 mar. 2007, p. 2)

Medicamentos

Prefeitura impede apreensão de medicamentos no Interior de SP

► A Secretaria de Estado da Saúde pretende entrar com uma ação na Justiça para apreender na Prefeitura de São José do Rio Preto, a 440 km de São Paulo, medicamentos homeopáticos supostamente irregulares que vêm sendo distribuídos na cidade para o combate da dengue. A prefeitura teria impedido a apreensão.

Representantes da Secretaria de Saúde se reuniram ontem com membros da Procuradoria Geral do Estado para estudar a ação na Justiça. Se os produtos forem apreendidos, devem passar por uma análise no Instituto Adolfo Lutz.

O remédio seria indicado para amenizar os sintomas da den-

gue. Em dez dias, quase 20 mil pessoas tomaram o medicamento, sendo que 96,7% delas não tinham sintomas da doença.

Proibido

Segundo a Secretaria da Saúde, as normas brasileiras para produtos homeopáticos proibem a distribuição de uma

mesma fórmula em larga escala. A secretaria suspeita que o produto apresente problemas, pois a prefeitura teria impedido agentes da Vigilância Sanitária de fazer a apreensão de 32 frascos do medicamento.

Representantes da prefeitura não foram encontrados ontem para comentar o assunto.

(Diário de S. Paulo, 30 mar. 2007)

Regionais

Prefeito assina convênio para transformar antigo fórum na Casa de Cultura de Ubatuba

A Casa de Cultura será um amplo espaço para receber manifestações culturais

O prefeito Eduardo Cesar recebeu na tarde desta sexta-feira, 20, o Procurador do Estado, Marcelo Augusto Fabri de Carvalho, para a assinatura do termo de permissão de uso do prédio do antigo fórum, localizado na Praça Nóbrega. O decreto que outorga a permissão de uso do local foi publicado em dezembro do ano passado, no Diário Oficial do Estado.

A intenção do prefeito de Ubatuba é transformar o prédio, que está desativado desde a mudança das instalações de fórum para a Estufa II, na Casa de Cultura de Ubatuba, um local para apresentações culturais, como teatro e música.

Também estiveram presentes

na reunião o presidente da Fundação de Arte e Cultura (Fundart), Pedro Paulo Teixeira Pinto; o folclorista Ney Martins; o secretário municipal de Arquitetura e Planejamento Urbano, Rafael Ricardi Irineu e o secretário de Assuntos Jurídicos, Marcelo Mourão, entre outros. Antes da assinatura do termo, os presentes conversaram sobre o projeto e a idéia da implantação de um memorial em homenagem a Ciccillo Matarazzo.

Para o prefeito Eduardo Cesar, a implantação da Casa de Cultura de Ubatuba será a realização de um grande sonho: "a Casa de Cultura vem ao encontro dos anseios da população ubatubense, que carece de um espaço apropriado para apresentações culturais. Com a criação deste novo espaço pretendemos resgatar os valores

culturais, proporcionando à população e aos turistas mais uma opção de lazer, fazendo com que as manifestações artísticas passem a fazer parte do dia-a-dia de Ubatuba".

Antiga reivindicação

A implantação Casa da Cultura atende a uma reivindicação antiga da comunidade e só foi viabilizada depois de várias reuniões do prefeito Eduardo Cesar junto ao Governo do Estado. "Graças ao nosso bom relacionamento com o Estado conseguimos atender a essa reivindicação da nossa população, que passará a contar com um amplo espaço para receber as apresentações culturais", avaliou o prefeito. Para a instalação da Casa da Cultura, o antigo fórum passará por reformas, obedecendo a critérios técnicos da Secretaria Estadual de Cultura.

(Jornal A Cidade, Ubatuba, 21 abr. 2007, p. 3)

PGE prevê atuação de Defensoria já em maio

DANIELLE MERLIN
DA REPORTAGEM LOCAL

"A partir do final de maio, a Defensoria Pública deve estar estruturada em todo o Estado e, seguramente, haverá defensores em Presidente Prudente", afirmou ontem o procurador-geral do Estado de São Paulo, Marcos Fábio de Oliveira Nusdeo, em coletiva à imprensa, na Procuradoria do Estado (PGE) em Presidente Prudente. Buscando atualizar os procuradores sobre o assunto, bem como discutir os temas comuns da advocacia pública, ele participa hoje do 1º Encontro Regional de Procuradores do Estado de São Paulo, que acontece desde ontem, no auditório do Hotel Fazenda Campo Belo, em Álvares Machado.

No evento, Nusdeo falará, a partir das 11h, sobre os novos horizontes institucionais da PGE. "A Procuradoria passou por uma grande modificação. Até o não passado ela atuava de maneira significativa em três áreas: consultoria jurídica para a administração; todo o contencioso do Estado, ou seja, ela defendia o Estado nas ações que eram propostas contra ele e lhe representava nas ações que o Estado propunha contra terceiros; além de prestar assistência judiciária a população de baixa renda", fala.

Porém, segundo ele, com a aprovação da Lei Orgânica da Defensoria, em 2006, todo o Estado passou a ter uma instituição que vai cuidar da assistência judiciária, antes sob responsabilidade da Procuradoria. "Um pouco antes, em 2004, foi aprovada uma Emenda Constitucional, que atribui à PGE, fazer a advocacia das

autarquias, representando-as. Então os novos horizontes são exatamente isso. Por um lado, estamos perdendo uma área de atuação, que vai para a Defensoria, mas por outro, estamos recebendo uma nova que são as autarquias", explica.

Em relação à implantação da Defensoria Pública no Estado, o procurador-geral diz que já foi concluído o primeiro concurso, para o provimento dos cargos. "Eles devem dar posse a esses novos defensores no mês que vem. Então acredito que ainda em maio, a instituição esteja estruturada em São Paulo, com defensores também em Prudente. Esta é uma questão que só a Defensoria Pública pode responder exatamente, ou seja, quantos defensores, quando virão e onde ficarão. Eles que estabelecerão suas prioridades", frisa.

Sobre a atuação da Procuradoria de Estado em Prudente, Nusdeo ressalta que "melhorou bastante", conseguindo atingir um nível "muito grande" de eficiência e de desempenho. "O desafio agora é manter tudo isto e continuar fazendo a melhor defesa possível do Estado. Vim aqui trazer estas novas atribuições que nos foram concedidas de advocacia das autarquias e discutir um plano de como iremos assumir".

Conforme frisa, a visita a Prudente é a primeira de várias que serão feitas no Estado. "Além de participar do encontro, pretendo visitar todas as procuradorias regionais. Esperei passar 90 dias para eu estabelecer o meu plano de ação e agora estou começando as viagens", comenta.

Evento Com o objetivo de promover a atualização dos profissionais, sobre temas jurídicos, acontece desde ontem, no Hotel Fazenda Campo Belo, em Álvares Machado, o 1º Encontro Regional de Procuradores do Estado de São Paulo. De acordo com o procurador do Estado, José Roberto Fernandes Castilho, responsável pela coordenação geral do evento, 50 procuradores da região estão participando.

Ontem à noite, o desembargador aposentado Antônio Carlos Marcato falou sobre o novo processo de execução de título extrajudicial e seu impacto na execução fiscal. Hoje, às 9h, haverá a palestra "Ações de improbidade administrativa", ministrada pelo procurador assistente do Estado, José Luiz de Queiróz. Logo em seguida, às 11h, é a vez do procurador-geral do Estado, Marcos Fábio de Oliveira Nusdeo, abordar os novos horizontes institucionais da PGE.

No período da tarde, às 15h, acontece a mesa redonda sobre questões institucionais. O encontro se encerra às 19h30, com a palestra "As recentes alterações do Código Tributário Nacional, presidida pelo presidente da Associação dos Procuradores no Estado de São Paulo (APESP), Zelmo Denari.

"O Direito é um campo que muda muito rapidamente. Toda hora estão surgindo leis e institutos novos. E os advogados como um todo, tem sempre que estar atualizados e os procuradores mais ainda. Aqueles que trabalham para o Estado precisam fazer isso diuturnamente. Buscamos assim, o aperfeiçoamento destes profissionais", fala Nusdeo.

(O Imparcial, Presidente Prudente, 27 abr. 2007, p. 1-B)

Curso de procuradores busca aperfeiçoamento

O procurador geral do Estado de São Paulo, Marcos Fábio de Oliveira Nusdeo, participa hoje do 1º Encontro Regional de Procuradores do Estado de São Paulo, que acontece no auditório do Hotel Fazenda Campo Belo, no município de Álvares Machado. Ontem, em entrevista coletiva à imprensa, Nusdeo explicou que o objetivo do curso, iniciado ontem, é proporcionar uma atualização profissional dos procuradores estaduais. “As leis mudam e todos nós temos que buscar um constante aperfeiçoamento”, afirmou.

O procurador geral se recusou a prestar qualquer informação sobre as negociações em curso pelo Estado para compra ou arrendamento do HU (Hospital Universitário) de Presidente Prudente. “De

antemão deixo claro que não vou comentar qualquer assunto que não diz respeito à Procuradoria Geral”, avisou antes do início da entrevista. Por sua vez, a assessoria de imprensa da Secretaria de Estado da Saúde, em São Paulo, confirmou as negociações para compra ou arrendamento do HU. “O Estado estuda como aprimorar o sistema de saúde da região. Uma das formas é a construção de um novo hospital, ou a compra ou arrendamento do Hospital Universitário”, informou a assessoria.

Com relação à Procuradoria Geral do Estado, Nusdeo disse que o órgão prepara para um novo desafio. Com a implantação da Defensoria Pública no Estado de São Paulo, a Procuradoria Geral

deixa de prestar a assistência judiciária gratuita, mas assume a advocacia das autarquias. “Nosso desafio é continuar fazendo o melhor trabalho possível, nas áreas do contencioso, na defesa do Estado, de consultoria e, a partir de agora, na defesa das autarquias”, ressalta.

Quanto à Defensoria Pública, explicou que já foi realizado o primeiro concurso para seleção dos defensores públicos, que, segundo ele, vão tomar posse em maio. Garantiu que o município de Presidente Prudente será contemplado com defensores públicos, para garantir a assistência judiciária das pessoas carentes. Porém, não soube informar o número de profissionais que serão destinados à cidade.

Encontro vai terminar hoje

O 1º Encontro Regional de Procuradores do Estado de São Paulo, iniciado ontem, será encerrado hoje no auditório do Hotel Fazenda Campo Belo, localizado na estrada vicinal que liga Álvares Machado ao distrito de Coronel Goulart, km 4, em Álvares Machado. Hoje, as atividades têm início às 9h com a palestra sobre o tema “Ações de Improbidade Administra-

tiva”, proferida pelo Dr. José Luiz de Queiroz.

Às 11h, o tema abordado será “Os novos horizontes institucionais da PGE”, a ser proferida pelo Procurador Geral do Estado, Marcos Fábio de Oliveira Nusdeo. À tarde às 15h, será promovida uma mesa redonda sobre questões institucionais. À noite, às 19h30, palestra sobre o tema

“As recentes alterações do Código Tributário Nacional”, a ser proferida pelo Dr. Zelmo Denari.

O evento conta com a participação de procuradores regionais das regiões de Araçatuba, Bauru, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto. A coordenação geral do evento é do Dr. José Roberto Fernandes Castilho.

(O Imparcial, Presidente Prudente, 27 abr. 2007, p. 1.3)

CURSOS DO CENTRO DE ESTUDOS

- 05.03** – Palestra Súmula Vinculante e Repercussão Geral (150 vagas)
- 15.03, 22.03, 29.03, 12.04, 19.04, 26.04, 03.05, 10.05, 17.05 e 24.05** – Curso de Adaptação na Área Jurídica (convocação)
- 15.03, 22.03, 29.03, 12.04, 19.04, 26.04, 03.05, 10.05 e 17.05** – Curso de Adaptação na Área da PPI (convocação)
- 16.03, 23.03, 30.03, 11.04, 20.04, 27.04, 04.05, 22.05, 25.05 e 31.05** – Curso de Adaptação na Área da Consultoria (16 inscritos e convocação)
- 16.03, 23.03, 30.03, 13.04, 20.04, 27.04, 04.05, 10.05, 17.05, e 25.05** – Curso de Adaptação na Área Fiscal (convocação)
- 16.03, 23.03, 30.03, 13.04 e 20.04** – Curso de Adaptação nas PRs – PR-2 a PR-12 (convocação)
- 27.04, 04.05, 17.05 e 25.05** – Curso de Adaptação na PR-1 (convocação)
- 09.04** – Palestra Responsabilidade Extracontratual do Estado
- 16.04** – Palestras Questões Relativas ao Processo Licitatório na Visão do TCE/SP e Execução das Decisões do TCE/SP (20 vagas)
- 23.04** – Painel O Processo Eletrônico e sua Implantação pelo Poder Judiciário (100 vagas)
- 26.04 e 27.04** – 1º Encontro Regional de Procuradores do Estado de São Paulo (33 vagas)

EVENTOS EM PARCERIA COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

- 05.03, 06.03 e 07.03** – II Seminário A Licitação como Instrumento para uma Administração Pública Eficiente, promovido pela BAC – Pesquisa, Treinamentos e Eventos Ltda. (10 vagas)
- 24.03** – Curso Técnicas de Monografia Jurídica, promovido pelo Instituto Internacional de Direito (10 vagas)
- 26.03 e 27.03** – IV Fórum Brasileiro sobre Agências Reguladoras, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (5 vagas)
- 27.03 a 30.03** – III Congresso Internacional de Direito Tributário do Paraná, promovido pelo Instituto de Estudos Tributários e Relações Econômicas Internacionais e Universidade Federal do Paraná (5 vagas)
- 18.04, 19.04 e 20.04** – VII Congresso Brasileiro de Direito do Estado, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (10 vagas)
- 23.04, 24.04 e 25.04** – III Seminário Tópicos Avançados de Licitações Públicas, promovido pela BAC – Pesquisa, Treinamentos e Eventos Ltda. (5 vagas)

PROCURADOR

Envie e-mails ao
Centro de Estudos:

servicodivulgacao@pge.sp.gov.br
bibliotecacestudos@pge.sp.gov.br